



## Ojo nbori ojo: avós quilombolas, literárias e saberes ancestrais.

Izabel Cristina da Rosa Gomes dos Santos

UFSC/SC

### Resumo:

Os saberes ancestrais quilombolas em contribuição para rasurar fronteiras totalizadoras, em pré-condição de uma relação equânime entre competência global e legitimidade local. *Ojo nbori ojo*, um dia vai e outro vem, é expressão conceitual que, anuncia as avós quilombolas do litoral catarinense e o entrecruzar com a literatura africana, em especial as avós literárias das obras do angolano Ondjaki, cujo *corpus* percorre: Momentos de Aqui (2002); Bom Dia Camaradas (2006); Os da Minha Rua (2007); AvóDezanove e o Segredo do Soviético (2009); A Bicicleta Que Tinha Bigodes (2012); Uma Escuridão Bonita (2013). E, assim uma possibilidade de compreender o quanto estamos encerrados em uma percepção ocidental de racionalização, conteúdos, interdição e distantes, talvez, de estéticas que se expressam pela comunhão das pessoas, lugares, tempo e corpo. Considerando as similitudes e as diferenças desses processos, instauram-se caminhos que ofereçam uma verticalidade de conhecimentos acerca da história dos remanescentes quilombolas e seus repertórios, partindo das memórias das avós quilombolas, seus processos de resistência em diferentes contextos territoriais, visto que a ideia é acolher a voz das *mais-velhas* de três quilombos catarinenses, a saber: Quilombo Morro do Boi, Quilombo Itapocu e Quilombo Vidal Martins. O percurso metodológico é um tecer pelas mãos da ancestralidade o que dizem os Quilombos: sua existência no litoral catarinense, as relações que permanecem, ensinam e evocam saberes, e o comparativo ao que dizem as avós literárias que percorrem as obras do *corpus* escolhido.

A hipótese delinea-se no sentido da importância da memória, da voz ancestral como elemento literário para percorrer os indícios culturais das vozes das *mais-velhas*, avós literárias e reais, sua presença compondo-se em tempo e aprendizagem, medos, incertezas, mas também em partilha de vida e **todas as aprendizagens do passado**. (ONDJAKI, 2007).

Nessas aprendizagens, evocam-se os saberes das mulheres quilombolas, guerreiras, anônimas e de prestígio político, afetivo e simbólico: Dandara<sup>1</sup> e Acotirene<sup>2</sup>, mas também as tantas Marias, Lúcia, Natalina, Guida, Sueli, Noeli, Antonia, Jucélia.... Ancestralidade quilombola situada nas lutas travadas pela liberdade, lutas de ontem e que permanecem, na tentativa de assegurar a desmarginalização social, econômica, educacional e cultural, especialmente o direito das terras. Implica, portanto, compreender que as relações desses grupos não podem ser consideradas somente por tamanho ou pelo número de membros e sim pela partilha das experiências, pela trajetória comum e coletiva, na permanência das narrativas, e na força da continuidade enquanto grupo.

**PALAVRAS-CHAVE:** avós – Quilombo – ancestralidade - resistência

<sup>1</sup> Companheira de Zumbi.

<sup>2</sup> Provável nome da mãe de Zumbi.



### ***Kitangana ia kuzunga*<sup>3</sup>: tempo de (re)velar o caminho**

*Meus antepassados, eu os saúdo.* E assim, após minha<sup>4</sup> *iba*, início a caminhada: não tive avós, nem maternos e nem paternos. Não os tive vivos, não os conheci, mas carreguei comigo suas ancestralidades, contadas por algumas tias e pouquíssimo por minha mãe. Evoco aqui, a ancestralidade pela religiosidade *iorubá* na qual a vida não se finda com a morte, ou pela palavra *átúnbi*: processo divino de continuação da vida, portanto, marcas do indelével, dos sentidos e saberes, os quais compõem também uma experiência ética. (OLIVEIRA, 2012).

Anuncio a linha que atravessa esta escrita construída pelo remendar da rede de pesca das mãos de uma das minhas *mais-velhas*<sup>5</sup>, ou pelo chá de capim limão trazido por minha *mais-velha* sempre nas horas mais difíceis<sup>6</sup>, ou pela cadência do *tunctuntá* da renda de bilro de uma avó quilombola<sup>7</sup>, ou ainda por um meu *mais-velho* ‘Salata’ e suas histórias que não escrevia no quadro<sup>8</sup>, e por eles, o tempo e o saber têm outros significados. Sim, o tempo atravessa, entrecruza, alinhava a escrita que aqui se faz. A noção do tempo, relação entre a vida e a morte, entre o que se faz presença de diferentes formas, para além do físico, para além do passado, é algo que permanece e costura uma conversa. Assenta-se em fluidez, em conceito de experiência, de vida, de saberes e em uma maneira outra de considerar o tempo. Porque em um primeiro momento a frase *tudo em seu tempo e tudo tem um tempo*<sup>9</sup> causou-me estranhamento, e mais ainda o susto em perceber que estar “atrasada” e “adiantada” perderam sentido durante a pesquisa, em especial porque *cada situação se cumpre no tempo que for preciso*<sup>10</sup>. Leva-me a pensar que o tempo numérico, matemático, escalonado em divisões e subtrações, não faz sentido

<sup>3</sup> Origem Angola. Tradução: tempo de velar, vigiar.

<sup>4</sup> Esta escrita será em primeira pessoa e em ruptura com a linguagem acadêmica por questionar o destino das escritas acadêmicas: até que ponto atinge outros leitores/as que não pisam a academia e sim outros espaços de vida e de história?

<sup>5</sup> Minha *mais-velha* Arcy Pacheco dos Santos, que além de estar na minha vida como sogra, também me ensinou o tempo da conquista de estar na sua família.

<sup>6</sup> Sim, o cheiro de chá de capim limão, invadindo a casa e trazido pelas mãos da *mais-velha* Dina (para quem a conhece sabe o significado místico daquele chá), que além de minha mãe, foi e é a certeza de que chuva não quebra ossos, e de que o tempo diz coisas as quais não ouvimos.

<sup>7</sup> Avó Jucélia Beatriz Oliveira - Quilombo Vidal Martins – Florianópolis/SC. (setembro/2018)

<sup>8</sup> Meu *mais-velho* Salata, professor da minha infância, que me trouxe a educação sob uma perspectiva inovadora para a época (década de 70), e eu só descobri isso anos depois, já na graduação. Pelas mãos dele, pelo que mostrou ser possível, sigo hoje na educação.

<sup>9</sup> Avó Jucélia Beatriz Oliveira - Quilombo Vidal Martins – Florianópolis/SC. (setembro/2018)

<sup>10</sup> Avó Jucélia Beatriz Oliveira - Quilombo Vidal Martins – Florianópolis/SC. (setembro/2018)



sob a perspectiva do pensamento africano. Acostumada em medir o tempo pelo calendário, pela ordem dos minutos, horas, dias, semanas, meses e anos em uma racionalidade ocidental, senti já nos primeiros passos que o tempo não seria assim tão exato, enfileirado de acontecimentos, pois há algo que move em outra direção, em *madurecência*, em espera, em permissão do tempo ao que *ele* queira. Portanto, uma composição entre o acontecido, e o que está imediatamente acontecendo, a força do agora. Lidar com essa operação temporal implica uma composição “[...] do transcorrer inexorável da vida, do fruir do tempo, do construir da biografia. Sabe-se mais por que se é velho, porque se viveu o tempo necessário da aprendizagem. [...] Aprende-se à medida que se faz, que se vive.” (PRANDI, 2001, p. 52).

E nesse transitar pelo tempo, o que compõe a caminhada está a ancestralidade adotada. Sim, porque fui adotada por diferentes *egbomi* (*meu mais-velho*)<sup>11</sup>, em distintos momentos, e a opção desta escrita não seguirá uma rota previsível determinada por uma formatação acadêmica tradicional, sei que *onjo nbori ojo*<sup>12</sup> estará presente em pontos de renda de bilro, em rede de pesca, em um tempo circular, em vida a pulsar. E por acreditar nessa circularidade, atenho-me ao significado das conversas, algo impossível de prever seu rumo, somente seu início. Somos atravessados, por diferentes dispositivos de linguagem, mas o que de fato dizemos e deixamos dizer? Volto à ideia das conversas, da singeleza do gesto, da fluidez de uma conversa, sem traves, assim,

Pienso en la conversación, entonces, en las conversaciones. Estamos afectados por esos dispositivos de diálogo, de información y de comunicación que, sin dudas, entorpecen todo el tiempo lo que quisiéramos decir y decirnos. Las palabras parecen perder su transparencia, su percepción, su reacción y dan vueltas y se esconden, acechan y naufragan. En cierta manera creo en un lenguaje habitado por dentro y no apenas revestido por fuera. Como la piel, también el lenguaje toma a veces la forma de un latido cardíaco o de una agitación del respirar o de un extraño y persistente movimiento; otras veces, se convierte en muralla, en defensa, en contención. Me gustaría no utilizar el lenguaje solo como recubrimiento o encubrimiento de la vida. Quisiera ser capaz de un lenguaje como sentido y no solo en lo que puede sonar a un cierto sensualismo. El lenguaje como desorden, como

<sup>11</sup> A palavra *ebômi*, do iorubá *egbomi*, significando "meu mais velho", são os saberes de quem viveu mais experiências e compreende diferentes temporalidades.

<sup>12</sup> Tradução: Um dia vai e outro vem (Iorubá).



desobediência, como uma sorte de rebelião frente a um mundo que cada vez nos hace hablar más brevemente y más de prisa. El mundo que nos envejece más de prisa. Quisiera un lenguaje a flor de piel, o una piel a flor de lenguaje. (SKLIAR; BÁRCENA, 2015, p. 12)

Sinalizo, portanto, que a palavra *conversa* terá um lugar especial na condição metodológica deste texto, importa dizer que seguirei pelo que acredito de conversações, de convite, de proximidades, de uma urgência singular que me habita: “[...] de conversar apenas, de pensar a corazón abierto, de um gesto abrazador, de la amorosidad com cualquiera, de pensar juntos ló impensado, de quedarnos perplejos ante la invitación de la palabra do outro.” (GIULIANO, 2017, p. 47). E, por “pensar juntos o impensado, de ficar perplexo diante do convite da palavra do outro” retomo o caminho que ainda não andei, ou já teria andado em outros tempos ancestrais?! Então, “diante do convite da palavra do outro” busco uma linguagem que me tome para além da pele, atinja as entranhas e toque a alma. Preciso desse exercício de dizer, de conectar, de fazer sentido entre o lido, o pensado e o vivido. E diante do que foi meu primeiro passo *Ojo nbori ojo* e penso no significado: Um dia vai e outro vem. Penso quando me deparei, com as palavras Iorubá (RIBEIRO, 1998, p. 61):

“Igba kan nlo, Igba kan nbo  
Ojo nbori ojo  
Ero iwaju nlo,  
Ero eyin ntele”

Um tempo está partindo, outro está chegando  
Um dia vai e outro vem  
Os da frente (os velhos) estão indo  
os de trás (os jovens) os estão seguindo (dando-lhes  
continuidade).

Um tempo está partindo, outro está chegando... É assim, que me coloco agora diante desta escrita, diante do que, “[...] conhecer a África, é, sem dúvida abrir os olhos a matrizes que nos compõem, que interferem em nosso modo de ser, em nossa forma de estar no mundo.” (CHAVES, 2000, p. 13) E, considerando as similitudes e as diferenças desses processos, instaura-se, uma busca de caminhos que ofereçam uma verticalidade de conhecimentos acerca da história dos povos africanos e seus repertórios, e aqui compreendo que em distintas expressões culturais há distintos valores éticos e estéticos em composição e matrizes de cosmovisão Indígena, Africana, Europeia, Asiática, enfim, uma grande constelação de saberes, entretanto, sem abreviar o valor desses tantos saberes,





particularizo nesta escrita, os saberes de matriz Africana, mesmo percebendo que as produções africanas mantêm-se, de certa forma ainda distantes das preocupações dos centros de pesquisa e ensino das universidades brasileiras. (CHAVES, 2000) Acredito que trazer a África para mais perto é muito além de verbetes, ou alguma pequena menção nos livros didáticos da história africana (língua, danças, cantos, nomes), ou uma lembrança do dia 20 e novembro, ou do nome Zumbi dos Palmares. O que precisamos, é “mais que isso, talvez muito mais que isso, o que temos da África é a presença de valores e de elementos formadores do modo brasileiro de perceber o mundo.” (RIBEIRO, 1998, p. 52).

Nesse caminho, aceno para o atravessamento *além-mar*, expressão tão corriqueiramente apontada, assume aqui a dimensão do que nos coloca em fronteira, o que nos é possível para além das águas e nos conecta ao território africano, e por assim dizer leva-nos em movimento, em processo, em diáspora, em perceber e aceitar o convite o outro. E reafirmo que “**Diáspora** é signo de movimentos complexos, de reveses e avanços, de afirmação e negação, de criação e mimese, de cultura local e global, de estruturas e singularidades, de rompimento e reparação.” (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

*grifos meus*

Então, ao aceno de África e no desejo de contar com a ancestralidade *de* tantos *mais-velhos* que percorreram comigo e ensinaram formas de contar, maneiras de conectar-se ao mundo, aos seres vivos e não vivos, ao povo da mata (tão presente comigo neste momento), modos de contar pelo corpo, pela voz e pelo silêncio... chamo a AvóCatarina, que coloca sabedoria no caminhar: “Mas o mistério residia no todo, na mistura física da alma e do corpo, do tempo e do passado, da verdadeira ponte que ela era já entre este e o seu próximo mundo.” (ONDJAKI, 2002, p. 64).

Ressalto a potência da tradição oral, por via dos territórios africanos, na grande escala de relações, aspectos e recuperação da vida, embora que sob um primeiro olhar pareça caótico é uma composição, um movimento de descortinar a ordem cartesiana do pensar, ligação em que o espiritual e o físico não se dissociam, caminham em arranjo, em potencialidade que nos permite transitar entre o conhecimento (tantos e de tantos contextos) e coloca-nos em linguagem, em atitude corpórea de escuta, em que reverberam os tambores de *além mar*.



### ***Kitangana ia kuzunga*<sup>13</sup>: tempo de (re)velar quem anda no caminho**

O que dizer de um caminho a ser percorrido, com a mão na areia, com tornozelos sempre acarinhados pelo mar? Em tempo de espera e não no meu tempo apressado de ser, ou atrasado de estar... O que dizer de um aprendizado por outras mãos? Ou ainda, pela espera de: *quando você voltar, no tempo que for, vou pegar nas tuas mãos e te ensinar a fazer renda de bilro*<sup>14</sup>...

Início pelo traço de conversações presentes desde a primeira linha. Persigo a ideia de alinhar alguns pontos e mesclá-los sem necessariamente colocá-los em ordem cronológica dos fatos, das conversas, da inserção do campo, ou seja, uma escrita que dispensa blocos de assuntos e excessivas conclusões, porque creio em uma pesquisa em estado de inacabamentos. Gosto de pensar no desejo da pesquisa, que aqui segue pelos saberes ancestrais quilombolas, na tentativa de rasurar fronteiras totalizadoras, em pré-condição de uma relação equânime entre competência global e legitimidade local. A presença de *Ojo nbori ojo*, contribui para a expressão conceitual que, anuncia avós quilombolas do litoral catarinense e o entrecruzar com a literatura africana, e aqui fico a pensar no significado de ser presença, por qual mão/olhar escolhemos acreditar, compor nossas vidas? E aqui AvóCatarina compõe meu dizer:

Limitávamo-nos a deixá-la chegar, falar e voltar a partir. Tantas vezes que nunca comentámos as suas visitas. Porque, na verdade, aquilo não era estranho. E alguém acha estranha uma presença quotidiana? Mesmo que seja de um morto. Se aparece todos os dias, passamos a tratá-lo e a encará-lo como mais uma presença de todos os nossos dias. (ONDJAKI, 2002, p. 84)

E, pelo desejo, anuncio o entrecruzar dessa pesquisa com a presença(?) especial de avós-personagens nas obras do angolano Ondjaki, cujo *corpus* percorre: *Momentos de Aqui* (2002); *Bom Dia Camaradas* (2006); *Os da Minha Rua* (2007); *AvóDezanove e o Segredo do Soviético* (2009); *A Bicicleta Que Tinha Bigodes* (2012); *Uma Escuridão Bonita* (2013). Nas referidas obras, a presença marcante de avós-personagens ressalta os saberes ancestrais, o modo como lidar com o tempo, a vida, as infâncias e os mistérios

<sup>13</sup> Origem Angola. Tradução: tempo de velar, vigiar.

<sup>14</sup> Avó Jucélia Beatriz Oliveira - Quilombo Vidal Martins – Florianópolis/SC. (setembro/2018).



vida-morte. A literatura como algo a ser compreendido, para além das linhas do papel, e sim em conexão ao vivido, ao que dizem os avós dos Quilombos. Busco por avós-personagens e pelas conversas com avós quilombolas na possibilidade de compreender o quanto estamos encerrados em uma percepção ocidental de racionalização, conteúdos, interdição e distantes, talvez, de estéticas que se expressam pela comunhão das pessoas, lugares, tempo e corpo. Acredito em um traçado que eleve a história dos remanescentes quilombolas e seus repertórios, partindo das memórias e dos processos de resistência em diferentes contextos. A ideia é acolher vozes de avós de três quilombos catarinenses<sup>15</sup>, a saber: Quilombo Morro do Boi, Quilombo Itapocu e Quilombo Vidal Martins<sup>16</sup>. O percurso metodológico é um tecer pelas mãos da ancestralidade o que dizem dos Quilombos: sua existência no litoral catarinense, das relações que permanecem, ensinam e evocam saberes. E nesse alinhavo contemplar o que dizem os avós-personagens presentes nas obras do *corpus* escolhido. A ideia é um percurso metodológico, que percorra o mapeamento da escravidão e os espaços de resistência até chegar aos Quilombos do litoral catarinense. Compreender o mar como (de)esperança, o Cais do Valongo como entrada principal do processo escravo no Brasil, a ilha de Gorée (Senegal) como principal entreposto que abastecia de escravos as colônias do Novo Mundo, o Quilombo como resistência (distintos significados e contextos), as relações do quilombismo como modos de estar e a constituição ser quilombola hoje, enquanto sobrevivência e reconhecimento das terras. Chamo para nossa conversa a avó Agnette (ONDJAKI, 2007), que me guia pelo silêncio e ternuras faladas.

[...]ternuras faladas como se fossem verdades de ofertar — ela me dissesse, devagarinho, com a voz convicta e os factos arrumados caoticamente, que o futuro não era uma coisa invisível que gostava de ficar muito à frente de nós mas antes — ela dizia como frase de adormecimento mútuo —, **antes um lugar aberto, uma varanda, talvez uma canoa onde é preciso enchermos cada pedaço de espaço com o riso do presente e todas, todas as aprendizagens do passado**,

<sup>15</sup> Quilombo Morro do Boi, localização: município de Balneário Camboriú/SC

Quilombo Itapocu, localização: município de Araquari/SC

Quilombo Vidal Martins, localização: município de Florianópolis/SC.

<sup>16</sup> Anuncio a possibilidade de ampliar minhas conversas para outros Quilombos do litoral. E a interdição de entrada no Quilombo Vidal Martins, em função de que estão passando por questões de reconhecimento e relatório antropológico e a comunidade decidiu vetar toda e qualquer entrada de pesquisadores/as. Ficando autorizada somente uma conversa realizada em setembro 2018.



que alguns também chamam de antigamente... (ONDJAKI, 2007, p. 143). grifos meus.

Eis que o caminho está em aberto, pelo mar ou pelo asfalto, por avós quilombolas e avós-personagens. Então, venha! Porque já foi anunciado o que fazer: “[...] é preciso enchermos cada pedaço de espaço com o riso do presente e todas, todas as aprendizagens do passado[...].” (ONDJAKI, 2007, p. 143). E, portanto, anuncio que a hipótese deste aprendizado de pesquisa delinea-se no sentido da importância da memória, da voz ancestral como elemento literário para percorrer os indícios culturais das vozes de *mais-velhos/as*, sua presença compondo-se em tempos, medos, incertezas, mas também em partilha de vida e **das aprendizagens do passado**.

### ***Mbeji ni jitetêmbua*<sup>17</sup> - a lua e as estrelas: o céu antes do quilombo**

Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais. Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, vou **dizê-las**, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz mais parte de minha vida. (FANON, 2008, p. 25)<sup>18</sup> grifo meu.

Antes de **dizer** dos Quilombos, em especial aos localizados no litoral catarinense e sua resistência atravessando o tempo e a geografia, acredito ser fundamental apropriarmo-nos da memória, lembrar o que nos fizeram esquecer para só assim compreendermos quem de fato somos. Instaure-se aqui um borrar as fronteiras, deslocamentos e migrâncias, entre a palavra e a transversalidade, para compreender, espaços também biográficos, espaços culturais, espaços invisibilizados e de lutas.

Assim, inicio **dizendo** de um tempo na história em que a Coroa Portuguesa ambicionava tornar suas colônias produtivas pela exploração da terra, e assim, a mão de obra era o trabalho escravo. Absurdamente pessoas transformaram-se em moeda de troca, contribuindo para o enriquecimento do Reino. Sim pessoas tornaram-se moeda de troca, entretanto ao que se diz a escravidão, ela remonta aos anos de 1500, quando também da

<sup>17</sup> Origem do termo: Angola. **Mbeji ni jitetêmbua** — a lua e as estrelas.

<sup>18</sup> Sugiro a leitura: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.





escravidão indígena e seu genocídio... Então, não posso deixar de falar, ainda que vergonhosamente, desses números de nossa história brasileira, até porque pouco se ressalta nos livros: “A escravidão dos aborígenes no Brasil durou pouco em termos legais (aproximadamente de 1500 a 1570); contudo, lançou-se mão de várias formas de coerção, bem depois dessa época, para se obter o trabalho indígena.” (SCHWARTZ, 1988, p. 40).

As marcas da exploração estão explícitas nos relatos do tema, enfatizado pela mão de obra escrava (africana e indígena) e no crescente comércio e ‘tratamento’ dispensado aos negros originários da África<sup>19</sup>. Ou seja, a dívida com esse passado nefasto é imensa, ultrapassa o tempo, arrasta-se pelos anos inflando a separação de pessoas em classes, em lutas cotidianas, silenciosas, (in)visíveis, e fomenta “[...] a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro.” (SOUZA, 2009, p. 24).

Portanto, na tentativa de pegar os fios/linhas da história (longe e perto ou perto e longe?), vale dizer que entre os séculos XV e XIX o horizonte europeu dilatou-se, bem como o Atlântico tornou-se o epicentro da conexão de mundos, o que incide uma mudança repentina nas transações ibéricas e os contatos com África Ocidental e Central, via Oceano Atlântico. Assim sendo, “Os primeiros negros, vítimas de pilhagens e transformados em objectos (sic) de venda pública, chegam a Portugal em 1444. O número de capturados aumenta sensivelmente entre 1450 e 1500.” (MBEMBE, 2014, p. 32). Considerando que durante o período da escravidão, a presença africana cresce em Portugal devido ao desembarque anual de escravos, o que acarreta um desequilíbrio demográfico de algumas cidades, como Lisboa, Sevilha e Cádiz, cuja população no século XVI é de 10% é constituída de africanos.

Nesse processo de diáspora negra, as algemas da escravidão espalharam-se pelas Américas, e importa dizer que a política escravocrata teve diferentes formas de exploração do trabalho na terra, por exemplo, no Brasil a mão de obra escrava sustentou o ciclo do açúcar, do café e do ouro, diferentemente do que incidiu “Nos engenhos de açúcar, em Cuba, (onde) os senhores permitiram que os escravizados tivessem locais

---

<sup>19</sup> Ressalto ainda, a importância das influências dos africanos e seus descendentes crioulos e mestiços na formação do Brasil, pois, “Raros serão os aspectos de nossa cultura que não tenham sido moldados com a ajuda da mão e da inteligência africanas e afro-brasileiras.” (REIS, 2007, p. 92).



próprios para o plantio, [...]. Em São Domingos, os negros também trabalharam na criação do gado.” (LEITE, 2016, p. 01).

O sistema escravocrata, sua potência em apagar culturas e vidas, pautou-se em marginalização, perversidade e desumanidade. Lembrando que esse sistema foi responsável por “[...] cerca de 12,5 milhões de escravos que deixaram a costa da África entre 1500 e 1867, quando se tem registro do último carregamento. Em torno de 10 milhões chegaram aos seus destinos nas Américas.”<sup>20</sup>

E, vergonhosamente, “Conhecemos, também, o destino que tiveram: lavoura, criação de animais, trabalho urbano nas cidades ou, no caso de algumas mulheres, a casa grande, como arrumadeiras, cozinheiras, babás ou ainda, para ‘desfrute do sinhô’.” (BARBOSA, 2005, p. 10)<sup>21</sup> Sendo que, no Brasil, o tráfico negreiro representou 38% de todo o comércio de escravizados entre África e as duas Américas. Ressalto a presença escrava em: Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe. (LEITE, 2016). Aqui, em recorte com a pesquisa, destaco Santa Catarina:

Quadro 1: População escrava no Brasil – região oeste e sul

<b>POPULAÇÃO ESCRAVA NO BRASIL – REGIÃO SUL. 1864 - 1887</b>				
<b>REGIÃO</b>	<b>1864</b>	<b>1874</b>	<b>1884</b>	<b>1887</b>
Brasil	1.715.000	1.540.829	1.240.806	723.419
Oeste e Sul	95.000	140.803.	89.767	25.070
Paraná	20.000	11.249	7.768	3.513
Santa Catarina	15.000	15.250	8.371	4.927
Rio Grande do Sul	40.000	98.450	60.136	8.442

Fonte: REIS, 2007. Adaptação da autora, 2018.

Portanto, é inegável a presença negra na história do estado catarinense, ou seja, não fomos e não somos um estado branco! Temos sim, também hoje/agora a presença marcante de uma população negra, a qual faz seu viver em cidades como:

Quadro 2: População negra em algumas cidades catarinenses<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Dados levantados pelo historiador David Eltis, da Universidade de Emory, em Atlanta. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405\\_criancas\\_escravas\\_pu.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_criancas_escravas_pu.shtml). Acesso: 15 nov 2018.

<sup>21</sup> Texto disponível em: <https://goo.gl/tne248>. Acesso: 22 jan 2018.

<sup>22</sup> Aqui os números da população negra não estão somados aos que se declararam pardos.



CIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO NEGRA	LOCALIZAÇÃO MESORREGIÃO
Joinville	515.288	12.837	Norte Catarinense
Florianópolis	421.240	18.787	Grande Florianópolis
Blumenau	309.011	4.838	Vale do Itajaí
São José	209.804	10.861	Grande Florianópolis
Chapecó	183.530	5.551	Oeste Catarinense
Itajaí	183.373	6.680	Vale do Itajaí
Criciúma	192.308	11.330	Sul Catarinense
Jaraguá do Sul	143.123	2.587	Norte Catarinense
Palhoça	137.334	5.245	Grande Florianópolis
Lages	156.727	37.800	Serrana

Fonte: IBGE, censo 2010, as 10 cidades mais populosas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/23/22107>. Acesso: 15 nov 2018.

E, ao olhar para essas cidades, tão embranquecidas na mídia, reflito quais invisibilidades revelam, significados de dizer de si e de reconhecimento. O que são processos de pertença e autodeclaração em uma sociedade que por muito tempo apagou (literalmente) vidas e também heranças culturais de um povo? O que acontece é um apagamento da população, e um branqueamento dos números, o que talvez, leve-nos aos fios de uma história cuja insanidade violenta foi norteadora contra ao sagrado: a vida.

Questiono-me quanto ao tempo, o início dessa história que me embarga, dói minha pele e minha alma. E aqui não quero demarcar um tempo antes e um tempo depois e sim um tempo em curso, que me move interrogar acerca do que instala o tempo, e reconhecer que, “[...] cada época se reveste de significações contraditórias aos olhos dos diferentes atores [...] (e) pensar o estatuto do tempo próprio que é o tempo em estado nascente ou, melhor ainda, o tempo em curso.” (MBEMBE, 2015, p. 388). E por contradições, fico a pensar no que seria olhar pela última vez a sua terra? Aqui me deparo com a Ilha de Gorée, no Senegal, maior porto de partida de africanos escravizados para as Américas. É um local de grande simbolismo, em contraponto ao Cais do Valongo no Brasil onde se dava a chegada dos escravos. Na condição de patrimônio pela UNESCO, declarada em 1978, apesar de receber cerca de 200 mil visitantes por ano, está longe de ser um patrimônio visitado com a devida honraria. A ilha, tendo uma representatividade histórica no tráfico de africanos, reserva a memória infame de ser uma das *portas de saída* do



tráfico de pessoas, muito embora alguns historiadores ainda camuflam os números dos navios que dali partiram. A Casa dos Escravos, hoje um museu, revela a última parada antes do embarque, e nela penso o que seria deixar sua terra para nunca mais voltar?

Fico a pensar nos rastros deixados por essa história perversa, e deparo-me com o local por onde essas embarcações deixaram ‘suas mercadorias’, sim porque tem na história brasileira uma *porta de entrada* para tudo isso, e a essa chamam Cais do Valongo, na cidade do Rio de Janeiro, no qual somente entre 1811 e 1831, passaram cerca de 1 milhão de africanos. Trazer esse cais que, agora por decisão da UNESCO é reconhecido como Patrimônio Mundial - *Sítio Arqueológico Cais do Valongo* (RJ), é também pensar na cena de um crime, digno de investigações, escavações, perícias, prova e evidências, enfim, procedimentos capazes de remontar um crime cometido há séculos com milhões de vítimas, que exige não somente uma investigação documental, mas uma equipe interdisciplinar (geógrafos/as, arqueólogos/as, historiadores/as, geneticistas) na intenção de trazer a verdade para a superfície, literalmente.

Mas o que isso representa para os fios dessa história, as tentativas de enterrar o passado e provas de que existiu sim e marcou o tempo com a evidência da morte? Não consigo conceber que o Brasil, sendo o país com segunda maior população negra do planeta, sendo o que mais escravizou pessoas, e responsável por grande parte da diáspora, ainda finge não saber dessa história. Aqui, embora esse não seja o rumo dessa conversa (e talvez seja), penso no que diz as possibilidades de aproximação dos conceitos memória e patrimônio. No que a memória geral/coletiva toma e, “obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente”. (NORA, 1993, p. 17-18) E, qual seria a condição do tempo, ou melhor, em dois modos de tempo: o acontecido e o de agora, a relação com o que de fato a memória abarca para uma coletividade de pensar. Seriam as ruínas a se refazerem para além do concreto do chão, das placas de memoriais, das declarações da UNESCO, habitando tempos diferentes? Talvez... “As ruínas atendem às funções de antiguidade, continuidade, finalismo e sequência do passado, ou seja, não somente colocam aquele que as admira como herdeiro daquela criação como une aqueles dois momentos, passado e presente.” (MENEGUELLO, 2008, p. 84). E a pensar nos lugares de memória, retomo o Cais do Valongo que está ali, na superfície da história, considerado pela UNESCO, mas





e sua acessibilidade? Se esse patrimônio mundial está em igual importância de memória e referência ao Campo de Concentração de Auschwitz ou Hiroshima, em que ambos recebem anualmente milhões de visitantes e tributos em honra e respeito (e também vergonha) a esses crimes para a humanidade, quais são as honrarias recebidas no Cais? O que o lugar desdobra em memória, em saberes, em um passado perto, em um tempo outro? Porque, “O que importa [...] não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história.” (NORA, 1993, p. 11-32)

Minha preocupação aqui, embora discutir os lugares de memória leve para outra conversa, é parte do problema do esquecimento da escravidão e convoca para pensarmos a defesa da cultura imaterial e da territorialidade quilombola, a qual atravessa nossa conversa desde a primeira linha... Parece que não há interesse de mostrar os fios da história, volto a dizer do evidente apagamento da história. Ou seja, um sítio de muitas evidências de que a escravidão existiu sim, um crime contra a humanidade, contrariando o que alguns atuais políticos teimam em afirmar que não existiu.

Abro uma reflexão ao que significa, de verdade, "lugares de memória" especialmente penso no que o espaço físico (material) corrobora como suporte de formação para uma memória coletiva (imaterial). Sob quais esquecimentos (ou não) isso opera? Chamo para conversar, então, a Avó Catarina, que me segredou há muito tempo: “estórias magníficas de um mundo que está tão perto de nós no dia-a-dia, que nem chegamos a vê-lo” (ONDJAKI, 2002, p. 85). Então, o que de fato vemos e defendemos não somente para os que aqui estão, mas também para os que ainda virão, que são minorias e lutam por suas histórias? Acredito que, seja

[...] por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. [...] Mas se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los, se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles pra deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as



conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 12).

E volto para minha tentativa em pegar os fios de uma história (ontem e agora) indignante, que muito tem de horrores e por isso a dificuldade em lidar com os números e relatos acerca da escravidão e da coisificação das pessoas. Não me canso de dizer que estamos falando de pessoas. E nessa tentativa, resalto um movimento no país que talvez possa entrar em conexão com a verdade, com a memória não somente como algo a ser lembrado, mas como algo referente à justiça, ou seja, “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro e não a si.” (RICOEUR, 2007, p. 101).

Não espere aqui um traço fiel da história que nos foi contada, o que tenho a apresentar são os fios apodrecidos e minha angústia em dizer de uma esquina do tempo tão complexo de compreender tanto sob parâmetros emocionais, como humanos e políticos. E por políticos, o grande ‘jogo’ da elite brasileira<sup>23</sup> visto que “Em 1872, numa população de 9.930.478 habitantes, 1.510.000 eram escravos, isto é, 15,2% da comunidade brasileira. A abolição nada mais foi, portanto do que o reconhecimento legal de uma realidade social” (ORTIZ, 1999, p. 23). Portanto, a Abolição da Escravatura (1888), embora legitimada por lei, não previu nenhum tipo de inclusão social, ou seja, como chegamos aos 13 de maio de 1888, e o que fazer com esse tipo “[...] de liberdade? Para muitos, a resposta seria permanecer nas mesmas fazendas, realizando o mesmo trabalho, agora sob piores condições: não sendo mais um investimento, e sem qualquer proteção na esfera das leis, o negro agora era livre para escolher a ponte sob a qual preferia morrer.” (NASCIMENTO, 1998, s/p)<sup>24</sup>

Foi na escravidão, no colonialismo, que o conceito negro foi constituído, partindo do apagamento de sua cultura, a transformação em mercadoria, ou seja, sua invisibilidade enquanto sujeito. É justamente, a visão eurocêntrica de civilização que age na construção da inferioridade negra, nas políticas de segregação e de dominação, e no mito de superioridade racial. E aqui recorro à ideia do pensamento abissal (SANTOS, 2010), o qual age por linhas unilaterais separando culturas, saberes, pessoas, vidas, cuja

---

<sup>23</sup> Ressalto que o número exato da população nesse momento não é preciso, em função de que o último grande Censo populacional ocorreu em 1872.

<sup>24</sup> Pronunciamento de Abdias Nascimento em 13/05/1998. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/226669>. Acesso: 18 ago 2018.



capacidade implacável incide em criar distinções entre um lado ou outro da linha, em forças visíveis e invisíveis, em radicalizar os lados e estruturar uma realidade social.

E, portanto, não há como mensurar a linha abissal, os reflexos da catástrofe humana que foi a escravidão, o apagamento, a coisificação dos corpos, o valor de mercado, e o lucro que foi o tráfico de pessoas. Sim, porque há de se marcar bem, foram pessoas trancafiadas em navios, despojadas de seus bens e sujeitas a uma lógica colonial pautada na loucura de dispositivos de violência, de predação e captura, da insanidade do capitalismo e animismo, a promulgação de uma superioridade absurda e desumana. Resquícios de um delírio que atinge a todos nós e permanece refletido no tempo atual de humanidades subalternas, visando não apenas liquidar o ‘inimigo’, mas também fazer-se acreditar a necessidade de zoneamento, de uma violência pura e necessária. Quem seria mesmo o inimigo, o ser inferior? Sob quais amarras ainda caminha a humanidade? Estaríamos diante de uma categoria da diferença, seja, em semelhança de outros tempos,

[...] o mundo contemporâneo é modelado e condicionado profundamente por estas formas ancestrais da vida cultural, jurídica e política, que são a da clausura, da cerca, do muro, do campo, do cerco, e, no final das contas da fronteira. [...] Nossas vozes se levantam para proclamar que o universal humano ou não existe ou limita-se ao que é comum, não a todos os homens (e mulheres), mas apenas a alguns deles (delas). (MBEMBE, 2014, p. 51)

Porém, é preciso afrontar uma discussão na esquina do tempo (mais contemporânea) em que a Europa deixou de ser o centro da gravidade do mundo e que urge a necessidade de compreender as diferenças a partir da experiência negra e das imagens construídas por um sistema escravista vindo do colonialismo, pela lógica da autocontemplação, do enclausuramento em que Negro e Raça tem os mesmos significados imaginários para a sociedade europeia. (MBEMBE, 2014).

A proposta aqui é enfrentar os perigos e possibilidades das pontas da história, pensamento europeu/ocidental que por si teve a tendência de colocar-se não em pertença mútua, mas em manifestação do seu ser sempre por primeiro e da inexistência do Outro. E insisto em dizer a relação com o pensamento abissal, em que “Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o ‘outro’.” (SANTOS,



2010, p. 22-23) Assim sendo, entre os dois lados da linha, para além, só há a inexistência, a ausência, a invisibilidade, ou seja, um Outro em apagamento, em esquecimento.

A escravidão, o escravizar, o mito da democracia racial<sup>25</sup>, as lutas e as resistências fazem-se presente nesta escrita na tentativa de compreender (e também na contemporaneidade) a dualidade da carne transformada em coisa e o espírito em mercadoria como produção da máquina social e da indissociável marcha do capitalismo. Sabe-se que não basta conhecer a história africana (antes, durante e depois da colonização), urge-nos uma questão de perceber a história dada pelo colonizador e a história que os colonizados também registram, pois “Mesmo quando o postulado da igualdade entre os seres humanos é admitido, a colonização é, por vezes, justificada em nome da ‘civilização’.” (MBEMBE, 2001, p. 170).

Ao traçar os fios da história entre escravidão no Brasil, África e mundo, os conceitos Negro e Raça (MBEMBE, 2014) construídos por interesses caóticos, e ainda entre o números (e pessoas) escravizadas na atualidade<sup>26</sup>, busco compreender o poder devastador de uma única história, o que nos foi contado, mas especialmente o que nos foi escondido interfere ao que se vê/conhece/acredita hoje. Penso na palavra *nkali*, na relação com o poder, com o que querem que acreditemos, e por si perceber as relações de poder que encobrem uma única história. *Nkali* traduz-se por ser maior que o outro, ou seja, “[...] Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do "nkali". Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. (ADICHIE, 2009, p. 01)<sup>27</sup> Não se pode fechar os olhos. Eis o grande perigo!

### **Manjuandades<sup>28</sup> dos quilombos**

Assim, além dos Quilombos instituídos no vergonhoso período da escravidão, muitos se constituíram após a abolição e, também por doações de terras por antigos

---

<sup>25</sup> Vale dizer que o mito da democracia racial foi construído sob a ideia de mistura, de um povo misturado: “Trata-se realmente de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos.” (MUNANGA, 1996, p. 216).

<sup>26</sup> Sugiro o link: <https://www.walkfreefoundation.org/>. Acesso: 21 jan 2018.

<sup>27</sup> Transcrição da palestra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie: “Perigo de uma história única”, publicada em outubro de 2009. Disponível em: <https://goo.gl/61FCNt>. Acesso: 22 jan 2018.

<sup>28</sup> Origem: Guiné-Bissau. Tradução: significado de coletividade, grupos de convivência de pessoas da mesma geração, geradores de grande solidariedade, expressa na participação coletiva em cerimônias que respeitem a qualquer um dos seus membros.





proprietários aos escravos, decadência da lavoura e/ou permanência dos escravos nas fazendas após abandono de seus donos e mesmo terra doadas a santos, como situação de origem de várias comunidades rurais. Aqui desejo fazer o traço do quilombos no estado, bem como as remanescências culturais escondidas pelos números, afinal não somos um estado branco. A saber, temos comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) em diferentes regiões do estado catarinense:

Quadro 3: CRQs em Santa Catarina - processos abertos

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs)			
	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	Abertura do processo
SANTA CATARINA	São Roque	Praia Grande	2005
	Campo dos Poli	Monte Carlo	2006
	Valongo	Porto Belo	2006
	Morro do Fortunato	Garopaba	2007
	Santa Cruz	Paulo Lopes	2007
	Mutirão e Costeira	Seara	2007
	Itapocu	Araquari	2007
	Tapera	São Francisco do Sul	2007
	Areais Pequenas	Araquari	2007
	Família Tomaz	Treze de Maio	2007
	Aldeia	Garopaba	2008
	Morro do Boi	Balneário Camboriú	2008
	Caldas do Cubatão	Santo Amaro da Imperatriz	2009
	Tabuleiro	Santo Amaro da Imperatriz	2010
	Vidal Martins	Florianópolis	2013
	Comunidade Ilhotinha	Capivari de Baixo	2015
Rosalina	Araranguá	Sem registro	

Fonte: Processo abertos quilombolas – INCRA. Adaptação da autora, 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso: 13 nov 2018.

Isso confere importância para entender a diversidade na formação dos quilombos, bem como compreender a relação com a terra e suas reivindicações como remanescentes, como direitos. Penso que esse olhar afina-se ao que revelam as “[...] performances discursivas, corpóreas e dos gestos, que mostram exterioridades das identidades culturais individuais e coletivas.” (NERI, 2017, p.192). Por assim dizer,



As lutas por reconhecimento de direitos das comunidades quilombolas devem ser compreendidas à luz do fenômeno da etnicidade, na medida em que há um processo de demarcação de uma identidade que se constrói no campo político por meio da afirmação da diferença em busca da igualdade. O campo de lutas que denomino **campo quilombola** se constitui como espaço simbólico, onde o que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social acerca das identidades e da unidade desses grupos. (SANTOS, 2014, p. 173). Grifos meus.

Portanto, o *campo quilombola* em luta pela implementação dos direitos territoriais reflete o fracasso da ‘lei 601 ou lei das terras de 1850’<sup>29</sup>, que intencionava a perspectiva privada da terra. O Quilombo anuncia a noção de terras coletivas, o que desestabiliza além do modo de convivência também o modelo da propriedade privada como único acesso e uso da terra, ou seja, povos indígenas e também quilombolas, apresentam outras possibilidades de uso e relações com o território. Ou seja, estamos a falar de sujeitos, o que nos exige pensar em suas historicidades, e também em suas contemporaneidades. Porque nesse percurso quilombola, vindo pelo passado da história, a luta era pela libertação do trabalho escravo, e vindo pela contemporaneidade, a luta é pela terra, pela emancipação do trabalho. (FIABANI, 2005).

Reflito acerca do campo quilombola, em lutas e em afirmação das diferenças, dos direitos, assim por vezes, é um exercício que nos exige compreender que “No campo quilombola, os múltiplos interesses em jogo passam a ser mediados pelos discursos e pelas práticas dos agentes que ‘jogam’ com as classificações do que seja igualdade, diferença ou do que seja quilombola em um processo dinâmico e racional.” (SANTOS, 2014, p. 173)

Pergunto: diante de quais jogos e agentes estaríamos? Ainda inexplicável uma luta para se dizer quem é, herdeiros/as de quem, para provar reconhecimento? Não sei dizer, o que sei são das dores que sinto ao deparar histórias de vidas tão longe/perto, tão reais e ao mesmo tempo quase insólitas, afinal o que seria ouvir de uma *mais-velha: Filha, tem a lei, mas eu preciso provar quem eu sou, que eu já estava aqui mesmo antes de descobrirem as pedreiras, pelos meus netos*<sup>30</sup>. E por ali, fiquei tomada pelo silêncio, numa

<sup>29</sup> Chamada Lei 601 ou Lei de Terras, de 1850, proibia a aquisição das terras a não ser por via da compra, ou seja, convertia a terra em mercadoria de alto valor e acessível à somente parte da população, ou seja, dificultava-se para a outra parte da população (ex escravos, trabalhadores livres e imigrantes) a aquisição da terra.

<sup>30</sup> Avó quilombola Dona Guida. Quilombo do Morro do Boi. Agosto/2018.



conversa com os olhos. Olhei ao redor, a simplicidade da casa, a imagem de uma santa estante, as paredes de madeira escura, o chão de madeira desgastado por tantas idas e vindas e que agora recebem as marcas da cadeira de rodas. A caneca de metal com café quente ainda rodopiava em minha mão, senti sua mão na minha, ela apertou devagarinho, não disse mais nada e nem eu.

E o silêncio agora me toma, chamo a Avó Agnette para me compor desse silêncio, do que vivi: “Gosto muito de ti — a Avó não falou nada e continuou a andar, mas apertou a minha mão devagarinho. — Gosto muito das nossas conversas, mesmo quando às vezes nem conseguimos dizer nada.” (ONDJAKI, 2009, p. 114)

O silêncio. Agora sou tomada por ele, quase paralisada a pensar nas relações que percorrem este conversar, este esperar... Penso no que vi, no que pisei, na entrada de um chão (para mim sagrado): os Quilombos. Penso na menina quilombola: *you viu as nossas terras e a gente aqui nessa casinha, mas eu sou líder da minha turma na minha escola e vou fazer eles saberem que aquelas terras são nossas, você quando voltar me verá lá, na árvore mais alta...*<sup>31</sup> e aqui também não tinha como dizer algo, eu só olhava aqueles olhos brilhantes e nada disse. Ou ainda, a pensar na minha relação com o mundo, com a partilha que ainda reverbera em mim: *Aqui somos uma família, tios e tias de todo mundo, irmãos e irmãs, não importa o resto, aqui construímos nossa vida e aqui ficaremos. Mas vocês estão convidados a participar de nossa mesa, cada um trouxe um pouquinho de comida, e o que importa é estarmos juntos, é o que a gente partilha de verdade.* E por me tirar do lugar, fazer-me experiência (LARROSA, 2002), sou tomada pelo caminho da poética da relação, a qual é conjectura, o que se faz na construção, em ecos-mundo: “Aquilo que, provindo de uma tradição, entra na Relação; aquilo que, defendendo uma tradição, autoriza a Relação; aquilo que, tendo abandonado ou refutado toda a tradição, funda um outro pleno-sentido da Relação; aquilo que, nascido da Relação, a contradiz e a contém.” (GLISSANT, 2011, p, 93).

As relações, o modo de lidar com o outro, mesmo que esse outro seja diferente, distante, estranho àquela comunidade. Minha vontade era tirar os calçados e ficar descalça, seria mais eu, de verdade. O que tenho é o tempo de agora, de madurecência, de refletir e de silêncios.

---

<sup>31</sup> Menina quilombola. Quilombo Vidal Martins. Agosto/2018.



## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Perigo de uma história única**, publicada em outubro de 2009. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br). Acesso: 22 jan 2018.

CHAVES, Rita. O Passado Presente na Literatura Angolana. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.3, n.6, p. 245-257, 1ºsem. 2000.

FANON, Frantz. **Peles Negras Máscaras Brancas**. Renato da Silveira (Trad.). Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIULIANO, Facundo. **Rebeliones éticas, palabras comunes: conversaciones (filosóficas, políticas, educativas) con Judith Butler, Raúl Fonet-Betancourt, Walter Mignolo, Jacques Rancière, Slavoj Žižek**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2017.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2011.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf>. Acesso: 21 jan 2018.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. **A escravidão nas Américas**. 2016. <https://www.geledes.org.br/escravidao-nas-americas/>. Acesso: 21 jan 2018.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona: Lisboa, 2014.

MBEMBE, Achille. O tempo que se move. Trad. Michelle Cirne. **Cadernos de Campo**. São Paulo, v. 24, n. 24, p. 369-397, june 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/96622/114118>. Acesso: 03 ago 2018.

MENEGUELLO, Cristina. **Da Ruína ao Edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. São Paulo: Annblume, 2008. -84.

NERI, Jefferson Crescencio. **Proteção jurídica e gestão em colaboração do patrimônio cultural quilombola: as arqueologias práticas comunitárias como base para a proteção e autogestão cultural e territorial sustentável, do lugar ao planeta**. 2017. 355 p. Tese





(Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

ONDJAKI. **A bicicleta que tinha bigodes.** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

ONDJAKI. Afinal Odorico sabia cantar. In: TAVARES, Ana Paula; MARMELO, Manuel Jorge; ONDJAKI; ASSUNÇÃO, Paulinho. **Verbetes para um dicionário afetivo.** Alfragide: Caminho, 2016.

ONDJAKI. **AvóDezanove e o segredo do soviético.** São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ONDJAKI. **Bom dia camaradas.** Rio de Janeiro: Agir, 2006.

ONDJAKI. **Momentos de aqui.** Coleção letras angolanas. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

ONDJAKI. **Os da minha rua.** Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

ONDJAKI. **Uma escuridão bonita.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro:** Umbanda e sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRANDI, Reginaldo. O CANDOMBLÉ E O TEMPO Concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 16 N° 47, 2001.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **De Boca Perfumada a Ouvidos Dóceis e Limpos:** Ancestralidades Africanas, Tradição Oral e Cultura Brasileira. Itinerários, Araraquara, N° 13, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas:** as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.



SKLIAR, Carlos; BÁRCENA, Fernando. Pensar y sentir las diferencias. Cartas entre la amistad, la incomodidad y el sin sentido. In: **Revista Teias** v. 16 • n. 40 • 06-27. Diferenças e Educação, 2015.